



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48051.002621/2021-91

Histórico de revisões

Data	Versão	Descrição	Autor(es)
15/09/2021	1.0	Finalização da 1ª versão do documento	Equipe de Planejamento da Contratação
03/12/2021	1.1	Finalização da versão revisada do documento seguindo recomendações propostas pela PFE-ANM/PGF/AGU no Parecer n. 00191/2021 (doc. SEI 3247915)	Equipe de Planejamento da Contratação

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto

1.1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de servidores de rede e no-breaks para atendimento as necessidades da Agência Nacional de Mineração, conforme condições e especificações técnicas contidas neste termo de referência.

1.2. Objetivo da Contratação

1.2.1. Prover a Agência Nacional de Mineração (ANM), em suas unidades regionais, com servidores de rede de alto desempenho e disponibilidade, além de fontes de alimentação ininterruptas (no-breaks) dimensionadas para proteger os novos equipamentos e os demais dispositivos de rede das unidades descentralizadas, em conformidade com as necessidades da infraestrutura de rede computacional da ANM, dentro de custos considerados adequados pelos padrões atuais de mercado.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Na tabela a seguir estão descritos, de forma resumida, os bens e serviços que serão adquiridos através do presente processo de contratação.

2.2. O quantitativo foi obtido a partir do registro de necessidades feito por todas as unidades da ANM através do estudo técnico preliminar contido no processo administrativo interno que deu origem a este processo de contratação.

Item	Descrição do bem ou serviço	Código CATMAT/CATSER	Métrica ou unidade	Quantidade
1	Servidor de rede – tipo RACK	BR0480089	Unidade	7
2	Servidor de rede – tipo TORRE	BR0480090	Unidade	2
3	No-break (UPS) 3kVA/3kW	BR0413585	Unidade	8

Tabela 1

2.3. As características técnicas mínimas para cada um dos itens identificados na tabela acima estão contidas no tópico "4.8 - Requisitos de arquitetura tecnológica" e seus respectivos subtópicos.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Agência Nacional de Mineração (ANM) é uma autarquia especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia que tem por competência a gestão do patrimônio mineral brasileiro. Para o desempenho de suas atribuições, a ANM conta com Gerências Regionais operando em localidades distribuídas em todo o Brasil, sendo a Sede localizada em Brasília (Distrito Federal) e as demais unidades distribuídas em diversos Estados da Federação.

3.2. Para a consecução de sua missão, diversos sistemas informatizados são utilizados para executar e gerir seus processos de trabalho, produzindo contínuo tráfego e enorme volume de informações atinentes às diversas áreas de atuação do órgão. Tais sistemas atualmente são praticamente onipresentes na grande maioria dos procedimentos da Agência, de tal forma que é demandada disponibilidade ininterrupta dos serviços informatizados em toda a rede computacional da ANM. Essa demanda de alta disponibilidade na rede em toda sua amplitude, que tem grande dimensão territorial e capilaridade em diversos entes federativos, constitui o desafio de manter

continuamente toda sua estrutura plenamente funcional, estável, segura e atualizada, meta que o presente processo de aquisição pretende cumprir.

3.3. A presente análise tem por objetivo demonstrar a necessidade de aquisição de computadores especializados, denominados servidores de rede, para atender a algumas unidades regionais descentralizadas da ANM, bem como fornecer as informações necessárias para embasar o respectivo processo de contratação. Além disso, considerando a necessidade de aquisição dos servidores de rede, foi também identificada a necessidade de compra, em conjunto com tais equipamentos, de fontes de alimentação ininterrupta (em inglês, *uninterruptible power supply* ou UPS), comercialmente conhecidos *no-breaks*.

3.3.1. Com o fim de subsidiar o presente documento com informações a respeito dos itens que serão adquiridos, destacamos que um servidor de rede é um computador especializado, com maiores capacidades de processamento e armazenamento, especialmente projetado para atender a uma maior exigência quanto a baixa tolerância a falhas, altíssima disponibilidade, maior nível de segurança, capacidade de tratar um alto volume de dados e informações para dezenas de clientes simultâneos com rapidez e alta confiabilidade. Os servidores de rede são essenciais para centralizar serviços, dados e para que os usuários acessem e compartilhem informações, além de se prestarem à finalidade de serem braços do controle de domínio da rede corporativa, aos quais é delegado o controle de acesso, a implementação das políticas de segurança e a proteção de informações confidenciais, mantendo o ambiente tecnológico da Autarquia padronizado, robusto e seguro em todas as suas unidades.

3.3.2. Salientamos também que no-break (fonte de alimentação ininterrupta) refere-se ao equipamento destinado a garantir a continuidade temporária de funcionamento durante quedas no fornecimento de energia, podendo ser destinado também a estabilizar a alimentação de energia elétrica dos aparelhos nele conectados. O no-break, dessa forma, protege aparelhos sensíveis contra distúrbios no fornecimento elétrico que possam vir a danificá-los, mitigando riscos de quebras e incidentes diversos (tais como erros de processamento, falhas de memória ou perda de dados, entre outros), e aumenta a disponibilidade dos serviços providos pelos equipamentos a ele interligados.

3.3.3. Com a implantação do projeto de aquisição espera-se:

3.3.3.1. Evitar prejuízos à Administração Pública por:

- a) indisponibilidade de serviços rede e consequente paralisação do trabalho nas unidades descentralizadas;
- b) reduzir risco de incidentes e de falhas nos equipamentos;
- c) reduzir despesas com aquisições e manutenções emergenciais;
- d) reduzir o custo total de propriedade;

3.3.3.2. Mitigar vulnerabilidades na segurança da informação em razão de obsolescência dos equipamentos atualmente em uso;

3.3.3.3. Repor equipamentos faltantes nas unidades descentralizadas, desativados por falhas irreversíveis ou economicamente inviáveis;

3.3.3.4. Garantir alta disponibilidade da infraestrutura computacional, de telecomunicações e do acesso aos sistemas institucionais nas unidades descentralizadas;

3.3.3.5. Potencializar os serviços prestados a sociedade;

3.3.3.6. Contemplar plenamente as diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da ANM.

3.4. Justificativa

3.4.1. As características e o vulto da contratação ora proposta requerem que sejam tomadas medidas técnico-administrativas eficientes na garantia de que a Administração não venha prescindir de serviços devido à falta de equipamentos de necessidade básica, assim como, que os escassos recursos e a infraestrutura, sejam utilizados de forma racional, proativa e menos onerosa.

3.4.2. Finalmente, a fim de evitar prejuízos à Administração com a indisponibilidade dos serviços, com demora na entrega de tais serviços, falta de integridade das informações, e também para potencializar os serviços prestados a sociedade, melhorar os processos de gestão, garantir a disponibilidade das informações e promover condições plenas para execução das ações e programas do Governo Federal, faz-se necessária a modernização dos servidores de rede das unidades regionais ANM.

3.5. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2023	
ID	Objetivo(s) Estratégico(s)
1	Garantir a atualização tecnológica contribuindo para gestão eficiente

Tabela 2

ALINHAMENTO AO PDTIC 2020-2022		
ID	Necessidade tecnológica	Objetivos Estratégicos PDTIC impactados

A11	Atualização periódica do parque tecnológico de equipamentos de TIC	OE-PDTIC-01 – SERVIÇOS COM QUALIDADE OE-PDTIC-09 - ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA OE-PDTIC-10 – OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA
-----	--	---

Tabela 3

ALINHAMENTO AO PAC 2021	
ID no PGC	Descrição
367	44.90.52.43 - EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE - Aquisição de servidores de Rede para as unidades regionais

Tabela 4

3.6. Estimativa da demanda

3.6.1. O presente tópico contém o registro do quantitativo de bens e serviços necessários para a composição da solução a ser contratada, de forma detalhada, motivada e justificada.

3.6.2. O extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), antes de ser completamente transformado em Agência Nacional de Mineração, adquiriu, no ano de 2018, servidores de rede para 16 unidades regionais descentralizadas.

3.6.3. Ou seja, ficaram sem receber tais equipamentos 9 (nove) unidades regionais, a saber: AL, AP, MS, PB, PI, RO, RR, SE e TO.

3.6.4. As unidades mencionadas acima vêm enfrentando incidentes de falhas em suas redes locais de computadores por estarem com equipamentos inadequados para seu gerenciamento.

3.6.5. Diante do exposto, identificamos, através da Tabela 5, os itens e quantitativos necessários para a aquisição dessa solução de TIC.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
1	Servidor de rede – tipo RACK	Unidade	07
2	Servidor de rede – tipo TORRE	Unidade	02
3	No-break (UPS) 3kVA/3kW	Unidade	08

Tabela 5

3.6.6. Para qualificar e quantificar os itens 1 e 2, foi identificado que a maioria das unidades regionais possui estrutura física (rack padrão 19, espaço adequado) para alojamento de servidor tipo rack (solução ideal para segurança física dos equipamentos), porém duas unidades – AL e RR – não dispõem de tal estrutura. Visando economicidade e buscando viabilizar a adoção imediata dos equipamentos nessas unidades, é pelo presente documento proposta a aquisição em item separado para servidores tipo torre, uma vez que se trata de produto distinto em razão das especificidades do chassi e da montagem, o que possivelmente diferenciará seu preço e fornecimento.

3.6.7. Quanto ao item 3, como explanado em "1.1 Motivação/Justificativa", foi identificada a necessidade para todas as gerências regionais a serem contempladas pelo presente processo de aquisição, à exceção da unidade de SE, por já ter adquirido tal solução recentemente.

3.7. Da adjudicação por item

3.7.1. O presente Termo de Referência observa o disposto na Súmula nº 247 do TCU em relação à obrigatoriedade da regra geral de adjudicação por item e não por preço global. Tal regra, permite, assim, a mais ampla participação dos licitantes interessados na presente contratação, o que permite maior competição e o atendimento de um dos principais objetivos do processo de licitação que é a seleção da proposta mais vantajosa que atenda às necessidades da Administração.

3.8. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.8.1. Diminuição relevante dos incidentes que causam lentidão ou interrupção dos serviços de rede;

3.8.2. Aumento significativo da segurança da informação;

3.8.3. Alta disponibilidade para o ambiente de rede informatizada da ANM;

3.8.4. Ganho em capacidade de gestão da infraestrutura de rede corporativa;

3.8.5. Cobertura por garantia, com suporte técnico, dos equipamentos que compõem a solução adquirida nos anos vindouros;

3.8.6. Maior governança, confiabilidade e escalabilidade aos serviços de TI providos pela GTGS;

3.8.7. Economicidade para a Administração Pública;

3.8.8. Ganho de produtividade dos servidores da Autarquia.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. As necessidade de negócio, também chamadas de requisitos de negócio, são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um

determinado projeto foi iniciado. Nesse sentido, além de o objeto da presente contratação estar alinhado com as necessidades da ANM conforme descrito no item 3.2, a presente seção visa descrever os requisitos de negócio conforme relação a seguir:

- a) Atender à Ação A11: Atualização periódica do parque tecnológico dos equipamentos de TIC, registrada no PDTIC 2020-2022
- b) Assegurar que esses equipamentos, essenciais para o funcionamento das redes locais da ANM, possuam uma garantia e suporte ao longo de sua vida útil.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

4.2.2. Todavia, a CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE acerca do fornecimento ou de características técnicas dos equipamentos.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, ao Decreto-Lei nº 200/1967, à Lei nº 8.666/93, (Lei de Licitações), à Lei nº 10.520/01 (Lei do Pregão), ao Decreto nº 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), ao Decreto nº 7.892/2013 (Registro de Preços), à IN SGD/ME nº 01/2019 (Contratação de Soluções de TIC) e a outras legislações aplicáveis.

4.4. Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico

4.4.1. Todos os equipamentos devem possuir GARANTIA TÉCNICA do FABRICANTE, nos termos de Requisitos de Garantia e Assistência Técnica descritos no presente Termo de Referência.

4.4.2. O suporte técnico em GARANTIA deverá estar disponível para acionamento, no mínimo, no período de 09h00min às 18h00min em dias úteis mediante telefone, e-mail ou sistema informatizado.

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. A entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 60 dias para todas as localidades listadas neste documento, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

4.5.2. Das condições de entrega

4.5.2.1. Os equipamentos, as mídias e os softwares, deverão ser entregues na Contratante, em dias úteis, durante os horários das 09h00min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min;

4.5.2.2. Os equipamentos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

4.5.2.3. Quando for o caso, os volumes contendo os equipamentos deverão estar identificados externamente com os dados constantes da nota fiscal, fatura e o endereço de entrega;

4.5.2.4. Em casos de equipamentos importados, deverá ser entregue a comprovação da origem dos bens importados e comprovação da quitação dos tributos de importação a eles referentes, conforme Decreto nº 7.174/2010;

4.5.3. Do recebimento definitivo

4.5.3.1. O recebimento dos equipamentos dar-se-á em duas etapas, a saber:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação do funcionamento e da conformidade dos equipamentos com as especificações;
- b) Definitivamente, após a verificação dos equipamentos e constatação do pleno funcionamento dos mesmos.

4.5.3.2. O recebimento definitivo ficará condicionado à observância de todas as cláusulas e condições fixadas neste Termo de Referência, bem como ao atendimento de eventuais substituições do equipamento, no todo ou em parte, se entregue fora das especificações ou caso venham a ser detectados defeitos, irregularidades ou imperfeições.

4.5.3.3. O prazo máximo para a emissão do recebimento definitivo dos equipamentos (instalados e em funcionamento) será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório do último equipamento entregue, para cada item.

4.6. Requisitos de Segurança e privacidade

4.6.0.1. A CONTRATADA deverá obedecer aos procedimentos operacionais adotados pela CONTRATANTE, especialmente no que se refere à segurança da informação;

4.6.0.2. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, de que tomar conhecimento, em razão da execução do objeto do futuro Contrato, devendo também orientar seus empregados nesse sentido - conforme termo de compromisso e termo de ciência, previstos no art. 18º da IN SGD/ME nº 01 de 2019.

4.6.0.3. Promover o afastamento, em relação ao objeto da contratação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus recursos técnicos e/ou

humanos que não corresponda aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização da CONTRATANTE.

4.7. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.7.1. Os equipamentos devem estar aderente à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.7.2. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas nº 05/2017/SEGES e nº 01/2019/SGD – a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

4.8. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. A seguir estão descritas as características técnicas mínimas que devem ser atendidas para os equipamentos que serão adquiridos na presente contratação.

4.8.2. **REQUISITOS COMUNS PARA O ITEM 01: SERVIDOR DE REDE – TIPO RACK e também para o ITEM 02: SERVIDOR DE REDE – TIPO TORRE**

4.8.2.1. **Chassi**

4.8.2.2. O equipamento deverá dispor de no mínimo 8 baias de unidades de armazenamento (drives) do tipo *hot-plug/hot-swap* padrão 2.5" (Small Form Factor - SFF).

4.8.2.3. O chassi deverá possuir display frontal para monitoramento das condições de funcionamento dos principais componentes do servidor através da exibição de alertas de falha, tais como: falhas de processadores, falhas de memória RAM, falhas de fontes de alimentação, falhas de disco rígido, falhas no sistema de arrefecimento.

4.8.2.4. O projeto do gabinete deve ter qualidade fabril e ser concebido de modo a permitir o acesso/abertura e a retirada de discos, placas, ventoinhas, memórias, fontes, sem o uso de ferramentas (*tool-less*).

4.8.2.5. **Fontes de alimentação e ventilação**

4.8.2.6. O servidor deverá possuir 2 fontes de alimentação do tipo *hot-plug* operando em redundância.

4.8.2.7. Cada fonte de alimentação deve possuir potência de, no mínimo, 500W.

4.8.2.8. As fontes devem possuir no mínimo 94% de eficiência, operando nas faixas de tensão de entrada de 100VAC a 240VAC (60Hz), possuindo ajuste automático de tensão.

4.8.2.9. As soluções de alimentação e ventilação deverão ser dimensionadas para, em condições ambientes (25°C), suportar o servidor em sua especificação ofertada em sua configuração de operação de máximo consumo e dissipação energéticos, mantendo-o dentro dos limites de temperatura indicados pelo fabricante em todos os seus componentes, garantindo estabilidade de funcionamento e longevidade do equipamento.

4.8.2.10. Deverá acompanhar 4 cabos de alimentação, sendo 2 (dois) cabos padrão C13 para C14 com 2m de comprimento e 2 (dois) cabos padrão C13 para NBR 14136 macho para cada fonte de alimentação fornecida.

4.8.2.11. **Processador**

4.8.2.12. Possuir 01 (um) processador físico, com as seguintes características mínimas:

- projetado para utilização em servidores, arquitetura CISC (x86) com extensões de 64 bits e instruções de virtualização,
- pelo menos 12 (doze) *cores* (núcleos) e 24 (vinte e quatro) *threads* (linhas de execução),
- litografia máxima dos núcleos de 10nm,
- frequência base de pelo menos 2.1GHz e *turbo* de pelo menos de 3.3GHz,
- cache mínimo de 18MB.

(referências: linha de processadores escaláveis Intel® Xeon® da 3ª geração [codinome *Ice Lake*], linha de processadores AMD® EPYC® de 2ª e 3ª gerações [codinomes *Rome*, *Milan*].)

4.8.2.13. **Desempenho**

4.8.2.14. O processador ofertado deverá ter índice SPECINT_RATE2017 (BASE) de, no mínimo, 74. Os índices utilizados como referência serão validados junto ao site da Internet <http://www.spec.org/>, auditados pela Standard Performance Evaluation Corporation.

4.8.2.15. Não será aceito modelo de servidor não auditado pelo Standard Performance Evaluation Corporation. Não serão aceitas estimativas para modelos / famílias de processadores não auditados pelo SPEC.ORG, resultados obtidos com a utilização de servidores em cluster, bem como estimativas em resultados inferiores ao mínimo especificado.

4.8.2.16. **Memória RAM**

4.8.2.17. O servidor deve ser compatível com módulos DDR4 com suporte às tecnologias UDIMM ou RDIMM.

4.8.2.18. O servidor deverá possuir um total de 32 GB (trinta e dois gigabytes) de memória RAM devidamente instalados, que deverão estar distribuídos em 2 (dois) módulos de memória de 16 GB (dezesseis gigabytes) cada ou 4 (quatro) módulos de memória de 8 GB (oito gigabytes) cada, operando em modo *dual-channel*.

4.8.2.19. Os módulos de memória RAM instalados deverão ter velocidade mínima de 2666 MT/s.

4.8.2.20. As memórias devem possuir as tecnologias Advanced ECC, tecnologia de memória de espera, tecnologia de tolerância rápida a falhas e tecnologia de espelhamento de memória.

4.8.2.21. **Vídeo**

4.8.2.22. Controladora de vídeo compatível com padrão VGA.

4.8.2.23. Resolução gráfica de 1920 x 1200 pixels (32 bpp) ou superior.

4.8.2.24. Possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo 01 (uma) no padrão VGA e a outra no padrão HDMI ou DisplayPort, permitindo conectar 02 (dois) monitores independentes simultaneamente

4.8.2.25. **Rede**

4.8.2.26. Possuir no mínimo 02 (duas) portas 1GbE base-T.

4.8.2.27. **Armazenamento**

4.8.2.28. A solução deverá fornecer controladora de armazenamento com suporte para os níveis RAID 0, 1, 5, 6, 10, 50, 60 via *hardware*.

4.8.2.29. Deverá vir com 8,96 TB (oito vírgula noventa e seis terabytes) de armazenamento total, divididos entre 6 dispositivos, sendo:

- 2 SSDs (*Solid-State Drives*) de no mínimo 480GB cada, configurados em RAID 1;
- 4 HDDs (*Hard Disk Drives*) *hot-plug* 7.200rpm SATA 6Gbps de no mínimo 2TB cada, configurados em RAID 6.

4.8.2.30. Os SSDs deverão ser projetados para uso intensivo de leitura e escrita, com as seguintes características declaradas pelo fabricante: DWPD (*drive writes per day*) igual ou superior a 0,8, TBW (*terabytes written*) igual ou maior que 800TB. Deverão ainda ter capacidade de leitura dinâmica sequencial declarada pelo fabricante de no mínimo 550 MB/s e capacidade de escrita sequencial de no mínimo 500MB/s.

4.8.2.31. Os HDDs deverão ser projetados para uso intensivo de leitura e escrita (8760h anuais), com as seguintes características declaradas pelo fabricante: AFR (*annualized failure rate*) menor que 0,9 ou MTBF (*mean time between failures*) igual ou maior que 1.000.000. Deverão ainda ter capacidade de transferência sustentada mínima de 200MB/s declarada pelo fabricante.

4.8.2.32. A solução deve acompanhar todos os acessórios necessários para a função *hot-plug* dos drives (trilhos, *backplanes*, etc.).

4.8.2.33. O equipamento deverá dispor de no mínimo 8 baias de unidades de armazenamento (*drives*) do tipo *hot-plug/hot-swap* padrão 2.5" (*Small Form Factor - SFF*), compatíveis com interfaces SAS (*Serial Attached SCSI*) e SATA (*Serial Advanced Technology Attachment*) bem como com unidades HDD e SSD.

4.8.2.34. **Gerenciamento**

4.8.2.35. O equipamento deverá ser fornecido com suporte à tecnologia de gerenciamento remoto por *hardware* fora de banda (*out of band*) com *firmware* (*chip*) integrado para armazenar e disponibilizar informações sobre configuração e status do equipamento, totalmente independente do estado de operação do *hardware* e do sistema operacional, inclusive com os mesmos hibernando ou desligados. Deve permitir que administradores e equipe de suporte de TI possam executar tarefas de gerenciamento remoto mesmo com equipamentos inoperantes.

4.8.2.36. O console de gerenciamento deverá permitir ser acessado através da rede. Esta conexão deve possuir 1 (uma) interface exclusiva 1GbE base-T (adicional às 02 portas 1GbE base-T especificadas anteriormente).

4.8.2.37. O acesso ao console deve ser feito através de HTTPS ou *software* proprietário, possuindo usuário e senha de conexão. Caso seja necessário *software* proprietário, este deve ser entregue em quantidade suficiente para administrar todos os servidores fornecidos. Nesse caso, o servidor deve vir acompanhado de *software* de gerenciamento do fabricante ou terceiro, incluindo licenças necessárias para a utilização de todas as funcionalidades oferecidas pelo referido *software*. As supracitadas licenças deverão ser perpétuas ou vigorar por, no mínimo, o período de garantia on-site previstos no presente documento.

4.8.2.38. No mínimo, as seguintes funções devem estar disponíveis no console remoto: ligar/desligar o equipamento, acesso à BIOS, alterar *firmware* do equipamento, visualizar acompanhamento de todo o processo de inicialização, instalação do sistema operacional através da console remoto, acesso ao console gráfico.

4.8.2.39. **Compatibilidade com Sistema Operacional**

4.8.2.40. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para os sistemas operacionais:

- Windows Server 2016 (x64) e Windows Server 2019 (x64), comprovado através do Windows Server Catalog da Microsoft,
- Red Hat Enterprise Linux 8.4 ou posterior, comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat;

4.8.2.41. **Garantia**

4.8.2.42. Fornecer garantia de, no mínimo, 60 (sessenta) meses para os equipamentos que serão adquiridos.

4.8.2.43. A supracitada garantia deverá contemplar suporte e assistência técnica com atendimento no local (on-site) nas localidades de entrega.

4.8.2.44. A referida garantia de 60 meses deverá abranger reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica e suporte técnico. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não gera quaisquer ônus para a contratante. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia do objeto.

4.8.2.45. Os serviços de reparo serão executados somente e exclusivamente onde se encontram dos equipamentos especificados (on-site), isto é, nas unidades regionais localizadas nos estados de AL, AP, MS, PB, PI, RO, RR, SE e TO.

4.8.2.46. A contratada deve fornecer e-mails e contatos telefônicos de Central de Atendimento para acionamento de suporte em garantia por parte da ANM, comprometendo-se a manter registros da solicitação e acompanhamento dos chamados técnicos. O atendimento deve ser realizado em regime 8x5, até no máximo o próximo dia útil.

4.8.2.47. **Justificativa da garantia on-site inclusa no item**

4.8.2.48. Tal modalidade de aquisição, que inclui serviço de garantia on-site agregado, faz parte do modelo típico de comercialização do produto, dada a criticidade dos servidores de rede para a os ambientes de TI, também por ser tipicamente específica de cada fabricante/fornecedor ao respectivo produto (marca/modelo), além de oferecer vantajosidade econômica para o adquirente. Por ser prática amplamente difundida no mercado, fica preservada a competitividade do certame.

4.8.2.49. Ademais, é prática comum na própria administração pública, como evidenciado nas cotações (2818088, 2818095, 2818104) tomadas como base para a confecção do Mapa de Preços, tendo sido inclusive o mesmo modelo de especificação adotado nas aquisições efetuadas anteriormente pela ANM, a exemplo da efetivada compra de servidores de rede em 2018, objeto do processo 48400.701705/2018-07, ora mencionado no Documento de Oficialização de Demanda no presente processo.

4.8.2.50. **Componentes, acessórios e demais informações relevantes**

4.8.2.51. O fabricante do servidor deve disponibilizar em seu respectivo web site o download gratuito de todos os drivers, BIOS e *firmwares* dos componentes que compõem este servidor.

4.8.2.52. Os equipamentos deverão ser novos e sem uso.

4.8.2.53. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados ou de demonstração.

4.8.2.54. Os equipamentos deverão ser entregues em caixas lacradas, não sendo aceitos equipamentos entregues em caixas violadas.

4.8.3. **REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O ITEM 01: SERVIDOR DE REDE – TIPO RACK**

4.8.3.1. **Chassi**

4.8.3.2. Gabinete tipo rack com altura máxima de 2U.

4.8.3.3. Deverá ser fornecido kit de trilhos deslizante e braço organizador de cabos, ambos do mesmo fabricante do servidor ofertado, para fixação dos servidores em rack 19 polegadas padrão EIA-310D.

4.8.4. **REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O ITEM 02: SERVIDOR DE REDE – TIPO TORRE**

4.8.4.1. **Chassi**

4.8.4.2. Gabinete tipo torre;

4.8.4.3. O chassi deve ter altura máxima de 5U;

4.8.4.4. Não será necessário fornecimento de kit de trilhos para o servidor tipo torre, uma vez que não haverá fixação em rack 19 polegadas padrão EIA-310D.

4.8.5. **ITEM 03: NO-BREAK (UPS) 3KVA/3kW**

4.8.5.1. A seguir estão descritas as características técnicas mínimas que devem ser atendidas para o equipamento.

4.8.5.2. Solução de Fonte de Alimentação Ininterrupta (comercialmente identificada como no-break ou UPS – *uninterruptible power supply*) de potência nominal (aparente) mínima de 3.000VA, gerenciável e com carga em baterias total mínima de 800Wh, conforme especificações que seguem.

4.8.5.3. **Características técnicas**

4.8.5.4. Fator de potência deverá ser de 1,0; a potência de saída real deverá ser de no mínimo 3.000W.

4.8.5.5. Tensão de entrada bivolt de 110-127V e 220V (com tolerância de pelo menos +/-20%

para variação para tensão de entrada).

4.8.5.6. Tensão nominal de saída: 115V (+/- 5V).

4.8.5.7. Topologia interativa com forma de onda no inversor senoidal pura (não serão aceitos no-breaks de topologia *offline*).

4.8.5.8. Conexão de entrada: 1 plugue 20A padrão ABNT NBR14136.

4.8.5.9. Conexões de saída: mínimo de 8 (oito) plugues padrão ABNT NBR14136 (pelo menos 1 plugue sendo de 20A).

4.8.5.10. O no-break deverá incluir as seguintes funcionalidades:

- Partida automática (liga automaticamente assim que retorne o fornecimento de energia elétrica)
- Desligamento automático ao final do tempo de autonomia
- Partida a frio (permite ser ligado na ausência de rede elétrica)
- Proteção contra falta de energia, sobretensão, subtensão, sobrecarga, excesso de temperatura, descarga total de baterias, curto-circuito, surtos, picos e ruídos na rede.
- Proteção contra sobrecarga e curto-circuito na saída.
- Painel frontal com indicadores luminosos ou visuais de rede presente, saída ligada e carga/descarga das baterias.

4.8.5.11. **Autonomia**

4.8.5.12. Solução deverá incluir conjunto de baterias estacionárias de chumbo-ácido em alojamento interno E/OU extensão externa inclusa que totalizem pelo menos 800 Watt-hora de carga total (equivalente a uma capacidade total somada de 66,6Ah ou mais para acumuladores de 12V nominais). Tempo mínimo estimado de autonomia de 32min a 25% da carga total (750W).

4.8.5.13. **Garantia**

4.8.5.14. Garantia padrão de 2 anos para os equipamentos (exceto baterias), e garantia mínima de 1 ano para as baterias.

4.8.5.15. A supracitada garantia deverá contemplar serviços de suporte e assistência técnica autorizada nas localidades de entrega, isto é, nos estados de AL, AP, MS, PB, PI, RO, RR, SE e TO, onde se encontram localizadas as Gerências Regionais. Caso não disponha de assistência técnica autorizada em alguma dessas localidades, a fornecedora deverá providenciar, às suas próprias expensas, serviço de fretamento próprio ou de logística reversa até o serviço de reparo em outra localidade, restando à ANM apenas o encaminhamento do produto defeituoso ao estabelecimento de envio logístico presente na própria localidade.

4.8.5.16. Dessa forma, a referida garantia deverá abranger reposição de peças danificadas e mão-de-obra de assistência técnica, além de suporte/logística. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não gera quaisquer ônus para a contratante. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia do objeto. O prazo limite para correção dos reparos, desde o primeiro dia de abertura do chamado, será de no máximo 30 dias.

4.8.5.17. A contratada deve fornecer, junto com cada um dos equipamentos, os contatos e endereços para acionamento de suporte em garantia por parte da contratante, bem como dos referidos termos de garantia contendo as condições anteriormente dispostas.

4.9. **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.10. **Requisitos de Implantação**

4.10.1. O processo de entrega dos equipamentos deverá ser realizado pela CONTRATADA sob a supervisão do preposto, que dará conhecimento do andamento do fornecimento aos diversos locais ao gestor do contrato.

4.10.2. A CONTRATADA deverá apresentar as declarações/certificados do FABRICANTE, comprovando que o produto possui a garantia solicitada neste termo de referência.

4.11. **Requisitos de Garantia e manutenção**

4.11.1. A garantia dos equipamentos fornecidos deverá obedecer ao Quadro resumo de garantias aos equipamentos (Tabela 06), sendo contado a partir da data do recebimento definitivo dos mesmos. A garantia dos equipamentos deve ser total, cobrindo quaisquer defeitos identificados, salvo quando comprovadamente for caracterizado uso indevido.

4.11.2. As licenças de *software* que porventura forem fornecidas como parte dos equipamentos especificados neste documento deverão ser do tipo permanente, sendo que a(s) CONTRATADA(S) assumirá(ão) todas as obrigações de manutenção, atualizações de versões e atualizações de release, reparos de pequenos defeitos (*bug fixing patches*) assim que forem lançados no mercado. Esta manutenção do produto deverá estar inclusa na licença do *software*, devendo ser válida pelo período indicado no quadro resumo.

4.11.3. A assistência técnica aos equipamentos deverá contemplar serviços de atendimento a dúvidas técnicas, por via telefone, fax ou email, bem como serviços de suporte “on-site”, a qual terá vigência igual a da garantia do equipamento apresentada no quadro resumo, sem limites de chamados técnicos em qualquer modalidade .

4.11.4. A(s) CONTRATADA(s) deverá(ão) apresentar o contrato técnico assinado com o fabricante dos equipamentos quando da entrega do Termo de Aceite Definitivo (TAD).

4.11.5. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus adicionais para a ANM, a própria(s) CONTRATADA(S), às suas expensas, por intermédio de sua matriz, filiais, escritórios ou representantes técnicos autorizados pelo fabricante, está obrigada a:

4.11.5.1. Prestar atendimento às solicitações da ANM para manutenção corretiva de *hardware* dentro do prazo máximo indicado na especificação dos níveis de serviço, que deverá ser efetuada em horário comercial, nos dias úteis;

4.11.5.2. Prestar suporte telefônico e por Internet (disponibilidade de uma base de conhecimentos para pesquisa de problemas/dicas de utilização) para todos os componentes de *software* e *hardware* em horário comercial, nos dias úteis;

4.11.5.3. Corrigir defeitos de fabricação ou de projeto;

4.11.5.4. Fornecer, sem ônus adicionais, correções e novas versões disponíveis para todos os *softwares* e drivers oferecidos;

4.11.5.5. A substituição de equipamento, peças ou componentes defeituosos, em qualquer caso, deverá ser feita por item equivalente, assim considerado aquele que apresentar todas as características técnicas especificadas neste Edital, ou que possua características superiores a estas. O(s) equipamento(s), as peças e/ou componentes de substituição devem ser novos(as); não serão aceitos itens reconicionados;

4.11.5.6. A substituição de equipamento, peças ou componentes será considerada consumada, para todos os efeitos, após aceitação formal pela ANM, no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis, com a conformidade manifestada pela Gerência de Tecnologia, Gestão e Suporte à Informação (GTGS), no documento fiscal de encaminhamento.

QUADRO RESUMO DE GARANTIAS			
Item	Descrição	Prazo Mínimo de Garantia (meses)	Atendimento de garantia e assistência técnica
1	Servidor de rede – tipo RACK	60	ON-SITE
2	Servidor de rede – tipo TORRE	60	ON-SITE
3	No-break (UPS) 3kVA/3kW	24	Padrão do fabricante

Tabela 06

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1. Os serviços Assistência Técnica e Garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como, com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela CONTRATANTE.

4.14.2. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.14.3. A CONTRATADA deve prestar serviço de assistência técnica para os equipamentos objetos desta contratação no local original de fornecimento do equipamento constante da OFB, conforme condições prevista na sessão específica de assistência técnica deste Termo de Referência.

4.14.4. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 12 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.14.5. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

4.15. Outros Requisitos

4.15.1. Sobre a participação em sistemas de registros de preços

4.15.1.1. Foi realizada uma consulta no Portal de compras governamentais e não foi encontrada IRP com o escopo e o objeto desta contratação.

5. RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

5.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e,

posterior, recebimento definitivo;

5.1.2. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis mínimos de serviço especificados;

5.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais avençadas;

5.1.4. Providenciar as assinaturas pela CONTRATADA no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança e no Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo;

5.1.5. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados;

5.1.6. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA;

5.1.7. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativos e Requisitantes do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

5.1.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por intermédio de servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.1.9. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato designados para tanto;

5.1.10. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.11. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita e as especificações deste TR, conforme inspeções realizadas;

5.1.12. Realizar, no momento da licitação, diligências e/ou Teste de Homologação da Amostra com o LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso do fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados;

5.1.13. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.1.14. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, de acordo com as condições contratuais, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, e, no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato.

5.1.14.1. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de aceitação da glosa.

5.1.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº. 5/2017;

5.1.16. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

5.1.16.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

5.1.16.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

5.1.16.3. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

5.1.17. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato;

5.1.18. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

5.1.19. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

5.1.20. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.21. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.

5.1.22. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- 5.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 5.2.2.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 5.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- 5.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos e justificativas que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.7. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). A CONTRATADA deverá disponibilizar em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, preferencialmente em sítio eletrônico, as informações referentes ao encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados em relação ao objeto deste Termos de Referência, nos termos do art. 41 da Lei nº 13.709, de 2018.
- 5.2.8. Executar o objeto contratual conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 5.2.9. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade adequadas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.2.10. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para a realização de Homologação do Bem para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
- 5.2.11. Entregar os equipamentos nos endereços vinculados aos CNPJs da CONTRATANTE, conforme as OFBs;
- 5.2.12. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.2.13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.2.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato nos seguintes prazos, a contar de sua solicitação:
- 5.2.15.1. em até 2 dias úteis nas capitais; e
- 5.2.15.2. em até 4 dias úteis nas demais localidades;
- 5.2.16. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.16.1. Na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil.
- 5.2.17. Ter conhecimento do Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas aos contratos a serem firmados;
- 5.2.18. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos bens fornecidos, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;
- 5.2.19. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.20. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.
- 5.2.21. Responsabilizar-se pelo cumprimento por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não

transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

5.2.22. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por quaisquer problemas relacionados ao fiel cumprimento do contrato;

5.2.22.1. Caso o problema de funcionamento do bem e ou serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará para a CONTRATANTE as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

5.2.23. Prestar assistência técnica aos equipamentos fornecidos, da seguinte forma:

5.2.23.1. No caso de defeitos não ocasionados por mau uso, o reparo ou substituição dos equipamentos deverá ser feito em até 5 (cinco) dias úteis para as capitais e em até 15 (quinze) dias úteis para as demais localidades, contados a partir da notificação à CONTRATADA, e não pode representar nenhum ônus para a CONTRATANTE.

5.2.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento dos equipamentos e prestação dos serviços de suporte e garantia, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, resguardado o devido processo legal, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.2.25. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

5.2.26. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo o Gestor do contrato terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.2.27. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

5.2.28. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à CONTRATADA, independente de solicitação;

5.2.29. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

5.2.30. Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quais sejam, alterações quantitativas do contrato de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

5.2.31. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato sem prévia autorização da CONTRATANTE;

5.2.32. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

5.2.33. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; e

5.2.34. Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

6.1.1. Da Inicialização do Contrato

6.1.1.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.1.1.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD-ME nº 01/2019 e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

6.1.1.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

a) Apresentação do Preposto da empresa pelo representante legal da Contratada. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

b) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

6.1.2. Da Execução do Contrato

6.1.2.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.1.2.2. A CONTRATADA fornecerá um equipamento com as mesmas configurações do tipo indicado na OFB para geração da imagem, quando for solicitado o fornecimento com imagem "ISO".

6.1.2.3. A remessa (única ou parcelada) deve ser feita no endereço constante da OFB compatível com a relação de endereços constantes do ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - PAUTA DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA POR UASG.

6.1.2.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, quando da entrega integral do objeto (todos os itens e respectivas quantidades), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.2.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.2.6. O recebimento provisório será realizado pelo FISCAL TÉCNICO do CONTRATO quando da entrega do OBJETO resultante de cada ORDEM DE SERVIÇO e consiste na emissão do documento "TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO" que, por sua vez, consiste na declaração formal de que os bens foram entregues e os serviços foram prestados, para posterior análise das conformidades e qualidades baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação previstos neste Termo de Referência.

6.1.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de fornecer os bens de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas, inclusive na proposta de preços, nem invalida qualquer reclamação que o CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação da entrega de bens fora de especificação, garantido o devido reparo, sem custo adicional.

6.1.2.8. Após o recebimento provisório, os fiscais TÉCNICO, REQUISITANTE e ADMINISTRATIVO realizarão análise do(s) bem(ns) entregue(s), considerando:

- a) A avaliação da qualidade realizada a partir da aplicação de listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em CONTRATO;
- b) Verificação de aderências aos requisitos e especificações técnicas;
- c) Identificação de eventuais não conformidade com os termos contratuais;
- d) Verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do CONTRATO;
- e) Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do CONTRATO;
- f) Encaminhamento à CONTRATADA das eventuais demandas de correção, a cargo do GESTOR do CONTRATO ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do CONTRATO;
- g) Cálculo e encaminhamento à CONTRATADA de indicação de eventuais glosas por descumprimento de níveis mínimos de serviço exigidos por parte do Gestor do CONTRATO, quando for o caso.

6.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, desde que estejam de acordo com os critérios de aceitação constante neste Termo de Referência.

6.1.4. Concluída a avaliação da qualidade e da conformidade dos bens entregues e provisoriamente recebidos, a CONTRATANTE confeccionará o documento "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO", com base nas informações da etapa de avaliação da qualidade e contendo a autorização para emissão e posterior pagamento da(s) NOTA(S) FISCAL(IS).

6.1.5. Nos casos aplicáveis, observando de forma complementar o disposto na alínea "c" do inciso II do art. 50 da IN nº 05/SEGES/MPDG, de 26/05/2017, quando houver glosa parcial das faturas, o GESTOR deverá comunicar a empresa para que emita a(s) NOTA(S) FISCAL(IS) com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

6.1.6. A(s) Nota(s) Fiscal(is) apresentadas pela CONTRATADA devem estar aderentes aos requisitos legais e tributários firmados pelos órgãos competentes, sendo que o pagamento somente será autorizado após ATESTE pelo(s) servidor(es) competente(s), condicionado este ato à verificação da conformidade e da adequação em relação aos bens efetivamente entregues.

6.1.7. Do Controle e Fiscalização do Contrato

6.1.7.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.1.7.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade.

6.1.7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.7.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.1.8. Prazos, horários, locais e condições de entrega

6.1.8.1. Destinação dos itens por unidade:

UF da unidade	Item 1 - Servidor de rede – tipo RACK	Item 2 - Servidor de rede – tipo TORRE	Item 3 - No-break (UPS) 3kVA/3kW
AL	-	1	1
AP	1	-	1
MS	1	-	1
PB	1	-	1
PI	1	-	1
RO	1	-	1
RR	-	1	1
SE	1	-	-
TO	1	-	1
TOTAL	7	2	8

Tabela 7

6.1.8.2. Endereços das unidades para entrega:

Unidade da ANM	CNPJ (para efeito de remessa/transporte)	Endereço
AL	29.406.625/0002-10	RUA JOSÉ SOARES SOBRINHO, Nº 119, ED. LE MONDE EMPRESARIAL, SALAS 410 E 411 – BAIRRO JATIÚCA, MACEIÓ/ AL – CEP: 57.036-640
AP	29.406.625/0012-92	AVENIDA PADRE MANOEL DA NOBREGA 1402 BAIRRO JESUS DE NAZARÉ – MACAPÁ/AP CEP: 68.900-062
MS	29.406.625/0003-00	RUA GAL. ODORICO QUADROS, 123 - JARDIM DOS ESTADOS – CAMPO GRANDE/MS CEP: 79.020-260
PB	29.406.625/0004-82	RUA ANTÔNIO CAMPOS 252, ALTO BRANCO – CAMPINA GRANDE/PB CEP: 58401-399
PI	29.406.625/0018-88	RUA DESEMBARGADOR FREITAS, 1385. CENTRO-NORTE – TERESINA/PI CEP: 64.000-240
RO	29.406.625/0014-54	AVENIDA LAURO SODRÉ, 2661, PARQUE DOS TANQUES – PORTO VELHO/RO CEP: 76.801-581
RR	29.406.625/0022-64	RUA DR. ARNALDO BRANDÃO, 1195 - SÃO FRANCISCO – BOA VISTA/RR CEP: 69.305-090
SE	29.406.625/0010-20	AVENIDA MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, Nº 2100, SALAS 601, 602 E 603. CENTRO EMPRESARIAL JFC – TRADE CENTER – BAIRRO GRAGERU – ARACAJU/SE – CEP: 49027-255
TO	29.406.625/0011-01	QD 304 – NORTE ALAMEDA 01 – PLANO DIRETOR NORTE – PALMAS/TO CEP: 77.006-352

Tabela 8

6.1.9. A entrega deve ser informada à ANM-SEDE por meio do telefone (61) 3312-6859 ou pelo e-mail gtgs@anm.gov.br.

6.2. Mecanismos Formais de Comunicação

6.2.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- Ordem de Fornecimento de Bens;
- Ata de Reunião;
- Ofício;
- Sistema de abertura de chamados;

e) E-mails e Cartas.

6.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.3.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critérios de Aceitação

7.1.1. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.1.1.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos *end-of-life*).

7.1.1.2. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisas, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.1.1.3. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverão estar instalados de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.1.1.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.1.1.5. Os componentes internos deverão ser homologados e testados (individualmente e em conjunto) pelo fabricante, assim, não sendo admitida a adição ou subtração de qualquer elemento do equipamento pelo LICITANTE.

7.1.1.6. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.1.1.7. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.1.1.8. Todas as funcionalidades dos produtos devem ser alcançadas mediante conexões integradas aos produtos, ou seja, não serão aceitos mecanismos intermediários, nem *hardwares* adicionais (externos ou internos), exceto nos casos claramente permitidos pelo CONTRATANTE ou mediante aprovação escrita.

7.1.1.9. Todos os componentes que farão parte do(s) equipamento(s) deverão atender às especificações técnicas mínimas apresentadas na seção 4.8 deste Termo de Referência. Serão aceitos componentes de configuração superior à requerida, desde que haja total compatibilidade entre todos os componentes presentes nos produtos, porém, a avaliação de conformidade será realizada de forma independente, através da qual não serão aceitas configurações superiores para determinado item em detrimento da oferta de configuração inferior para outros itens.

7.1.1.10. Todos os produtos fornecidos (correspondentes a cada item), bem como seus componentes, acessórios ou periféricos devem ser rigorosamente iguais, tanto em estrutura física, formato, capacidade, características construtivas, características técnicas, *drivers*, marca e modelo.

7.1.1.11. Os produtos devem ser acondicionados em embalagens individuais, lacradas, com o menor volume possível desenvolvidas para o produto, que se utilize preferencialmente para as embalagens de materiais recicláveis e de modo a garantir um transporte seguro em quaisquer condições e limitações que possam ser encontradas, além de possibilitar o armazenamento e estocagem de forma segura.

7.1.1.12. Todas as licenças, referentes aos *softwares* e *drivers* solicitados, devem estar registrados para utilização do CONTRATANTE, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pela LICITANTE deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.1.2. O Fabricante do(s) equipamento(s) deve contar com serviço de assistência técnica em nível nacional, para o modelo ofertado pela LICITANTE.

7.1.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.1.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.1.5. Serão aceitos para fins de emissão de Termo de Recebimento Definitivo:

7.1.5.1. aqueles equipamentos que se encontram em operação atendendo a finalidade de comunicação a que se destinam.

7.1.5.2. os equipamentos fornecidos que atendam à configuração mínima descrita neste termo de referência e que estejam em funcionamento de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.6. Será REJEITADO, no todo ou em parte, o bem e/ou serviço fornecido em desacordo com as especificações constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA e seus ANEXOS. Ainda, conforme o art. 69 da Lei 8.666/1993, a CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.1.7. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.2.1. A inspeção nos equipamentos fornecidos será realizada por meio de comparação das especificações constantes dos prospectos do fabricante do equipamento.

7.2.2. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do bem ou à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.3.1. Trata-se de manutenção não periódica que variavelmente poderá ocorrer, durante todo o período de garantia contratual. A mesma possui suas causas em falhas e erros em equipamentos ou *softwares* e trata da correção dos danos atuais e não iminentes. Esta manutenção inclui os procedimentos destinados a recolocar em perfeito estado de operação os serviços e equipamentos, tais como:

7.3.2. **Do hardware:** desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrente de falhas no *hardware*, fornecimento de peças de reposição, substituição de *hardware* defeituoso, atualização da versão de *drivers* e *firmwares*, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados.

7.3.3. **Do software (aplicativos):** desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrente de falhas no *software*, atualização da versão de *software*, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

7.3.4. **Quanto às atualizações pertinentes aos softwares:** Entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de *software*, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a solicitação de atualização de tais versões ocorra durante o período de garantia do contrato.

7.3.5. Condições específicas para o ITEM 01: SERVIDOR DE REDE – TIPO RACK e também para o ITEM 01: SERVIDOR DE REDE – TIPO TORRE:

7.3.5.1. A manutenção técnica corretiva será realizada sempre que solicitada pelo Contratante por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa Contratada (ou a sua Credenciada) via telefone (com número do tipo “0800” caso a Central de Atendimento esteja fora de Brasília-DF), Internet, e-mail;

7.3.5.2. No atendimento aos chamados técnicos abertos, deverá ser disponibilizado suporte personalizado por um analista designado;

7.3.5.3. Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação do responsável da CONTRATANTE e o término de atendimento dar-se-á com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;

7.3.5.4. A severidade de atendimento aos chamados será definida conforme avaliação do problema frente às descrições constantes na Tabela 09;

7.3.5.5. Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como número de série e código do equipamento, anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e versão do *software* utilizada no *hardware* e severidade do chamado (Tabela 09).

TABELA DE INÍCIO DE ATENDIMENTO DE CHAMADO		
Severidade	Descrição	Tempo de início de atendimento
1 – Urgente	Serviço parado no ambiente de produção	Em até 04 (quatro) horas
2 –	Problemas contornáveis que não impactam o ambiente de	

4- Importante	Problemas contornáveis que não impactam o ambiente de produção.	Em até 08 (oito) horas
3- Informação	Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento, dentre outros.	Em até 12 (doze) horas

Tabela 09

7.3.5.6. Todas as solicitações feitas pela contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços e ainda:

7.3.5.7. A Contratada, após a realização dos serviços de garantia, deverá apresentar um Relatório de Visita, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, às providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado pelo gestor do contrato;

7.3.5.8. O tempo do início efetivo de atendimento ao chamado técnico deverá ser de acordo com Tabela 09, contado a partir da abertura do mesmo;

7.3.5.9. Após o início do atendimento, o tempo de solução do problema deverá ser de acordo com a Tabela 10, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para as respectivas severidades;

7.3.5.10. Em qualquer uma das severidades identificadas na Tabela 09 que exija a reposição de peça defeituosa, o tempo para reposição da peça é de até 36 (trinta e seis) horas contados a partir da identificação da necessidade de troca da peça;

TABELA DE SOLUÇÃO DE CHAMADO TÉCNICO		
Severidade	Descrição	Tempo de solução
1 – Urgente	Serviço parado no ambiente de produção	Em até 36 (trinta e seis) horas
2 – Importante	Problemas contornáveis que não impactam o ambiente de produção.	Em até 72 (setenta e duas) horas
3 – Informação	Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento, dentre outros.	Em até 120 (cento e vinte) horas

Tabela 10

7.3.5.11. Este serviço deve estar disponível para acionamento e atendimento no sistema 24 x 7 (vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana).

7.3.5.12. A manutenção corretiva está restrita aos equipamentos e *softwares* adquiridos por este contrato.

7.3.5.13. Não são de responsabilidade da contratada os seguintes serviços, sendo estes de exclusiva responsabilidade da contratante:

- O fornecimento, instalação ou manutenção de pontos de cabeamento estruturado lógico e/ou elétrico;
- Instalação ou readequação de cabeamento horizontal ou vertical de fibra óptica;
- A reinstalação física ou remanejamento físico de equipamentos entre racks seja na mesma localidade ou para outras localidades em caso de mudança do local de prestação dos serviços após a emissão do TRD;
- A organização e remanejamento de *patch cords* ópticos ou UTP em racks.
- O fornecimento, Instalação ou manutenção de Racks para acomodação dos equipamentos;
- O fornecimento, instalação ou manutenção de sistema de aterramento elétrico.

7.3.6. Condições específicas para o ITEM 03: NO-BREAK (UPS) 3KVA/3kW:

7.3.6.1. Garantia padrão do fabricante de 2 anos para os equipamentos (exceto baterias), e garantia mínima de 1 ano para as baterias.

7.3.6.2. A supracitada garantia deverá contemplar serviços de suporte e assistência técnica autorizada nas localidades de entrega, isto é, nos estados de AL, AP, MS, PB, PI, RO, RR, SE e TO, onde se encontram localizadas as Gerências Regionais. Caso não disponha de assistência técnica autorizada em alguma dessas localidades, a fornecedora deverá providenciar, às suas próprias expensas, serviço de fretamento próprio ou de logística reversa até o serviço de reparo em outra localidade, restando à ANM apenas o encaminhamento do produto defeituoso ao estabelecimento de envio logístico presente na própria localidade.

7.3.6.3. Dessa forma, a referida garantia deverá abranger reposição de peças danificadas e mão-de-obra de assistência técnica, além de suporte/logística. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não gera quaisquer ônus para a contratante. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia do objeto. O prazo limite para correção dos reparos, desde o primeiro dia de abertura do chamado, será de no máximo 30 dias.

7.3.6.4. A contratada deve fornecer, junto com cada um dos equipamentos, os contatos e endereços para acionamento de suporte em garantia por parte da contratante, bem como dos referidos termos de garantia contendo as condições anteriormente dispostas.

7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.4.1. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.

7.4.2. Pela recusa em assinar o Contrato, ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a regular convocação, a licitante poderá ser penalizada com multa no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total estimado do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no parágrafo anterior.

7.4.3. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a CONTRATADA que:

- a) Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

7.4.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado, conforme a Tabela 11;
- b) Multa, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas moderadas ou graves, assim entendidas aquelas que acarretam prejuízos para o serviço contratado, conforme a Tabela 11;
- c) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- e) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

7.4.5. Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.8. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à

Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

7.4.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.13. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.4.15. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, conforme a Tabela 11 abaixo:

id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 5% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
8	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
9	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Aplicar-se-á glosa de 0,33% por dia de atraso sobre o valor da OS, nos casos do valor de IAE entre 0,1 a 1,50. Aplicar-se-á multa de 2% sobre o valor OS, nos casos do valor de IAE acima de 1,5.
10	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 0,5% do valor total do Contrato.

Tabela 11

7.5. Do Pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do bem, conforme previsto neste Termo de Referência.

7.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando

qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.5.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

7.5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

7.5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados ou fornecimento de bens, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira diário= 0,00016438, assim apurado:

		I = 0,00016438
--	--	----------------

I = (TX)	I = (6/100)/365	TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------	------------------------------------

Tabela 12

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preço tem a única e específica finalidade de subsidiar os licitantes na confecção de sua proposta. As licitantes são as únicas responsáveis por valorar os produtos e serviços ofertados, pelas suas descrições e demais informações disponíveis, capazes de propiciar todas as condições necessárias e suficientes à formulação de suas propostas.

8.2. Em conformidade com o Art. 3º da Instrução Normativa ME nº 73 de 5 de agosto de 2020, realizou-se pesquisa oficial de preços, onde foram encontrados os valores constantes do Mapa de Preços nº 263 (doc SEI 2818057), os quais estão apresentados na tabela a seguir:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário médio (R\$)	Valor Subtotal médio (R\$)
1	Servidor de rede – tipo RACK	7	23.763,18	166.343,28
2	Servidor de rede – tipo TORRE	2	23.296,96	46.593,91
3	No-break (UPS) 3kVA/3kW	8	6.922,94	55.383,52
TOTAL GERAL ESTIMADO em R\$				268.319,71
O valor médio estimado para aquisição de servidores de rede e no-breaks para as unidades regionais, conforme especificações técnicas elaboradas, é de R\$ 268.319,71 (duzentos e sessenta e oito mil trezentos e dezenove reais e setenta e um centavos)				

Tabela 13

8.3. Estima-se, portanto, que a contratação proposta por este Termo de Referência terá valor global de R\$ 268.319,71 (duzentos e sessenta e oito mil trezentos e dezenove reais e setenta e um centavos), sendo este o valor máximo aceito para contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. A(s) fonte(s) de recurso(s) para a presente contratação segue(m) discriminada(s) abaixo:

9.1.1. PTRES 173495 - Programa de Trabalho 221253002215Z0001.

9.1.2. Natureza da Despesa: 44905230 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS; 44905243 EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE;

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O(s) CONTRATO(S) decorrente(s) deste termo de referência terão vigência de 12 (DOZE) MESES.

10.2. O encerramento da vigência contratual não interrompe a obrigação de prestação da GARANTIA TÉCNICA, devendo a CONTRATADA honrá-la durante todo o período estipulado.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Tipo da Licitação

11.1.1. A Licitação será executada na modalidade Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço por Item.

11.1.2. O certame poderá ser executado por Pregão Eletrônico, haja vista tratar-se de serviços comuns, atendendo ao que preceitua o Decreto 5.450/2005 e a legislação correlata. Ainda, os padrões e especificações elencadas neste Termo de Referência foram definidos seguindo-se padrões usuais de mercado.

11.2. Habilitação

11.2.1. A habilitação técnica será feita por intermédio de atestados ou declarações de capacidade técnica.

11.3. Atestado de Capacidade Técnica

11.3.1. Deverá ser fornecido em nome do licitante, e ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a comprovação de que a Contratada tenha fornecido objeto compatível em quantidade e especificidade com o objeto licitado.

11.3.2. Será exigido, para a comprovação de execução de objeto equivalente ao deste Termo de Referência, que a licitante vencedora apresente documento que ateste o fornecimento de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos aqui previstos.

11.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

11.3.4. Deverá(ão) ser obrigatoriamente emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

11.3.5. Deverá ser emitido em papel timbrado e conter:

- a) Razão Social, CNPJ e Endereço Completo da Empresa Emitente;
- b) Razão Social da Contratada;
- c) Número e vigência do contrato, se for o caso;

- d) Objeto do contrato;
- e) Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de cronogramas pactuados;
- f) Local e Data de Emissão;
- g) Identificação do responsável pela emissão do atestado, Cargo, Contato (telefone e correio eletrônico);
- h) Assinatura do responsável pela emissão do atestado;
- i) Devem ser originais ou autenticados, se cópias, e legíveis.

11.3.6. No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da contratada. Serão consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pela contratada, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da contratada.

11.4. Proposta de Preços

11.4.1. A licitante deverá apresentar sua proposta a indicação detalhada do equipamento ofertado citando a marca, modelo, tipo e fabricante;

11.4.2. A licitante deverá ainda entregar, juntamente com a proposta, os catálogos de cada um dos equipamentos ofertados (onde conste o atendimento às especificações técnicas), assim como a indicação do endereço no sítio oficial do fabricante, de modo que possam ser evidenciadas as especificações técnicas exigidas no edital e informadas na proposta de preços.

11.4.3. Caso os catálogos possuam tamanho que impossibilite a inclusão no Comprasnet ou o envio por mensagem de correio eletrônico ao pregoeiro, poderá ser aceita apenas a informação do link do sítio oficial do fabricante, desde que a licitante informe o link que direcione exatamente para os catálogos, ou informe claramente onde encontrá-los.

11.4.4. Apresentar tabela de comprovação técnica, conforme modelo abaixo, com o objetivo de uma melhor análise técnica sobre cada um dos itens do equipamento ofertado.

11.4.5. A Licitante deverá apresentar tabela preenchida, composta de todos os itens contidos no edital, incluindo apresentação de documentação com indicação da página, onde deve se encontrar grifadas as comprovações de cada uma das funcionalidades e características exigidas;

11.4.6. A Tabela de Comprovação Técnica deve conter, ainda, nome do documento comprobatório emitido pelo Fabricante;

N.º do item do TR	Descrição da característica/ funcionalidade Exigida	Documento do Fabricante (nome)	Página (s)
1.	---	---	---

11.4.7. Serão considerados documentos oficiais para comprovação técnica: catálogos, folders, prospectos e manuais;

11.4.8. Todos os documentos devem estar completos e legíveis;

11.4.9. Apresentar catálogo(s), folheto(s) ou manual(is) preferencialmente em português, com especificações técnicas detalhadas dos equipamentos ofertados, para comprovação de características técnicas obrigatórias, informando, inclusive, a procedência dos equipamentos, evitando-se jargões de uso duvidoso ou ainda não consagrados na terminologia de informática;

11.4.10. Havendo divergência entre as características técnicas descritas na proposta da empresa e as disponibilizadas pelo fabricante (como informes técnicos, manual técnico, que acompanha o material, folders ou prospectos técnicos), prevalecerão os informes do fabricante, salvo os casos específicos em que o licitante esclareça os motivos da divergência e que sejam aceitos pela ANM;

11.4.11. Os documentos técnicos fornecidos que não apresentarem numeração de página deverão ser numerados manualmente de forma visível pela Licitante, no canto inferior direito;

11.4.12. Além da indicação da página da documentação fornecida onde se encontra a comprovação de cada funcionalidade ou característica técnica exigida para cada item, a correspondente comprovação deverá ser necessariamente grifada.

11.4.13. Informar os meios de comunicação (e-mail, número de telefone 0800, serviço de abertura de chamado via web, ou outro indicado pela licitante), desde que aceito pela ANM para abertura de chamados;

11.4.14. Informar o site do fabricante do equipamento na Internet, onde se possam efetuar consultas;

11.4.15. A proposta deverá ser apresentada com os valores unitários e globais, conforme planilha constante do item “Estimativa de preços”.

11.4.16. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, mão-de-obra, salários dos profissionais, benefícios trabalhistas (auxílio transporte, auxílio alimentação, plano de saúde, etc.), impostos, encargos sociais, e demais custos que venham influenciar no valor do objeto a ser fornecido.

11.5. Consórcios e Subcontratação

11.5.1. É vedada a participação de consórcio ou a subcontratação do objeto fornecido pelo fato de que se trata da aquisição de equipamentos que são entregues pelo fabricante já prontos e montados (*hardware* e *software*), e que não necessita da intervenção ou complementação de outros atores, e que a instalação será efetuada pela empresa contratada que entregará toda a solução em funcionamento, e que posteriormente deverá prestar a garantia de suporte e manutenção para a solução.

11.6. Modelo de Proposta

11.6.1. A cotação dos preços deverá seguir o modelo descrito a seguir, ficando sob a responsabilidade de a licitante definir os seus próprios preços;

À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2021

Proposta que faz a empresa _____ para a o fornecimento dos seguintes itens à Agência Nacional de Mineração, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2021.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quant.	Val. Unit. (R\$)	Val. Subtotal (R\$)
01	Servidor de rede – tipo RACK	Unidade	7		
02	Servidor de rede – tipo TORRE	Unidade	2		
03	No-break (UPS) 3kVA/3kW	Unidade	8		
VALOR TOTAL GERAL (R\$)					

Declaro que no preço cotado estão inclusas todas as despesas que incidem direta e indiretamente sobre os serviços prestados, tais como impostos, taxas, tributos, insumos, mão-de-obra, Garantia e Suporte Técnico pelo período de 60 meses, a contar da data de recebimento definitivo da solução, e outras.

Dados da empresa:

Razão Social:

CNPJ (MF) nº:

Inscrição Estadual nº:

Endereço:

Fone/Fax:

Cidade: Estado: CEP:

A presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias.

Local e data

Assinatura e carimbo do Representante Legal da Empresa

Observação: Emitir em papel que identifique a licitante

12. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

12.1. A Equipe de Planejamento da Contratação para este processo foi instituída pela Ordem de Serviço nº 389, de 30 de junho de 2021 (doc SEI nº 2707464).

12.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

12.3. Assinatura da Equipe de Planejamento da Contratação

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
Igor Modesto Alves Milhomem SIAPE: 1929450	Rômulo Augusto Nogueira de Oliveira Passos SIAPE: 1530244	Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante SIAPE: 1745476

12.4. **Aprovação da Gerência de Tecnologia, Gestão e Suporte à Informação (GTGS)**

Antônio Sérgio Haddad Alves
Gerente de Tecnologia, Gestão e Suporte à Informação
Siape: 3192562

12.5. **Aprovação e assinatura da Superintendência de Administração e Finanças da ANM**

12.5.1. Aprovo o Termo de Referência. Autorizo a abertura da licitação e posterior contratação do objeto especificado no presente documento.

12.5.2. Encaminha-se para o devido prosseguimento.

Valdeme Daniel Rosa Almeida
Superintendente de Administração e Finanças - Interino



Documento assinado eletronicamente por **Igor Modesto Alves Milhomem, Chefe de Divisão de Projetos, Rede e Suporte**, em 03/12/2021, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Augusto Nogueira de Oliveira Passos, Especialista em Recursos Minerais (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 03/12/2021, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante, Analista Administrativo (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 03/12/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Sérgio Haddad Alves, Gerente de Tecnologia, Gestão e Suporte à Informação**, em 03/12/2021, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Valdeme Daniel Rosa Almeida, Superintendente de Administração e Finanças**, em 06/12/2021, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **3339151** e o código CRC **6C6D8F4B**.